



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS DE TRÊS LAGOAS
CURSO DE PEDAGOGIA

XX SEMANA DE EDUCAÇÃO

“Resistir e Humanizar: por uma pedagogia emancipadora”

04 a 06 de novembro de 2021



PRÁTICAS DE ALFABETIZAÇÃO NA PERSPECTIVA DO LETRAMENTO NO CATÁLOGO DE TESES E DISSERTAÇÕES (2006-2017)

Erika da Silva Pereira

Shirley Pessôa Rojas

Márcia Regina do Nascimento Sambugari

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL/CPAN

Este trabalho apresenta o resultado da pesquisa que teve a finalidade de mapear tem sido consideradas em pesquisas brasileiras sobre as práticas de alfabetização e letramento. Como objetivos específicos buscou-se: (i) levantar as teses e dissertações defendidas em programas de pós-graduação no Brasil que tiveram como objeto de estudo a alfabetização na perspectiva do letramento. (ii) Verificar qual o enfoque dado nessas pesquisas com relação as práticas pedagógicas. Numa abordagem qualitativa do tipo exploratório e descritivo realizou-se o levantamento no Catálogo de Dissertações e Teses da CAPES, o que foi possível localizar pesquisas no entretempo 2006 a 2017, totalizando 25 produções, sendo 2 teses e 23 dissertações, com maior concentração na área da Educação de programas localizados nas regiões sul e sudeste do país. Quanto ao locus das pesquisas verificou-se que 13 delas abrangeram os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, quatro centraram-se na Educação Infantil, três na Educação no campo, quatro na Educação de Jovens e Adultos (EJA), tendo uma focalizado situações de alfabetização e letramento em meios populares. Quanto as produções voltadas para os Anos Iniciais foi possível perceber, a partir da análise que as produções tem trazido contribuições desde a formação continuada de professores até as questões das tecnologias, e diversidades presentes em sala de aula. Com a realização desse estudo buscou-se ressaltar a necessidade de se trabalhar o processo de ensino da leitura e da escrita na perspectiva do letramento, para que, além de aprender a ler e a escrever, a criança possa compreender e usá-la em sua vida.

Palavras Chave: Leitura, Escrita. Docência.

Introdução

A pesquisa aqui apresentada, tem como enfoque o estudo sobre as práticas da alfabetização e letramento, tendo como base o levantamento de produções acadêmicas realizadas no Brasil. Para tanto, partimos do entendimento de que a prática pedagógica não é neutra, pois conforme afirma Ferreira (2011, p. 33),

[...] todas estão apoiadas em certo modo de conceber o processo de aprendizagem e o objeto dessa aprendizagem. São provavelmente essas práticas (mais do que os métodos em si) que tem efeitos mais duráveis



a longo prazo, no domínio da língua escrita como em todos os outros (FERREIRO, 2011, p. 33).

A motivação para o desenvolvimento desta pesquisa, advém de vivências e estudos no âmbito do curso de graduação, de modo específico em disciplinas de Alfabetização e Letramento, onde pudemos realizar estudos tratando sobre os métodos que no decorrer de décadas fundamentaram o processo de Alfabetização. No contexto da Alfabetização e Letramento existem inúmeras discussões relacionadas à alfabetização em vários idiomas, e é um dos desafios atuais. A análise, especialmente nos últimos dez anos, tem sido alimentada por mudanças legais, que afetaram as práticas e processos de alfabetização. As instituições e os pesquisadores que lidam com elas nos permitem transformar os problemas cotidianos envolvidos nessas práticas, nas diferentes instituições que implementam este tipo de formação.

Pensando nos aspectos relevantes ao processo de Alfabetização e Letramento, nosso estudo partiu da seguinte questão: o que se encontram nas produções acadêmicas (teses e dissertações) disponíveis no banco de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), sobre prática de alfabetização e Letramento?

A partir deste questionamento, o presente estudo teve como objetivo geral compreender o que tem sido abordado nas práticas de alfabetização nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental pautadas no letramento a partir do levantamento da produção acadêmica.

Como objetivos específicos buscamos: (i) levantar as teses e dissertações defendidas em programas de pós-graduação no Brasil que tiveram como objeto de estudo a alfabetização na perspectiva do letramento. (ii) Verificar qual o enfoque dado nessas pesquisas com relação as práticas pedagógicas.

Neste texto apresentamos uma breve discussão sobre a alfabetização e letramento, a fim de situar a nossa temática. Em seguida trazemos, na metodologia, como realizamos o levantamento das pesquisas e a forma de organização e análise. E, por fim, na terceira consta os nossos resultados.



Com este estudo buscamos ressaltar a necessidade de se trabalhar o processo de ensino da leitura e da escrita na perspectiva do letramento, para que, além de aprender a ler e a escrever, a criança possa compreender e usá-la em sua vida.

A alfabetização e letramento como processo indissociável: situando a temática

Ao percorrermos a história da alfabetização no Brasil, Mortatti (2006) aponta que o processo histórico dos métodos de alfabetização no Brasil não foi simples, pois, muitas lutas foram travadas entre os defensores dos métodos disseminados no país, tendo como primeiro momento desse processo a disputa entre os partidários do “método João de Deus” baseado na palavração e os partidários dos tradicionais métodos sintéticos que se dava por meio da soletração e silabação em que se basearam as primeiras cartilhas produzidas por brasileiros. Conforme a autora:

Em nosso país [...] especialmente com a proclamação da República, a educação ganhou destaque como uma das utopias da modernidade. A escola, por sua vez, tornou-se um lugar necessariamente institucionalizado para o preparo das novas gerações, buscando a atender principalmente aos ideais do Estado republicano, pautado pela necessidade de instauração de uma nova ordem política e social. Assim a universalização da escola assumiu importante papel como instrumento de modernização e progresso (MORTATTI, 2006, p. 2).

Neste período, de acordo com a autora,

[...] saber ler e escrever se tornou instrumento privilegiado de aquisição de saber/esclarecimento e imperativo da modernização e desenvolvimento social. A leitura e a escrita — que até então eram práticas culturais cuja aprendizagem se encontrava restrita a poucos e ocorria por meio de transmissão assistemática de seus rudimentos no âmbito privado do lar, ou de maneira menos informal, mas ainda precária, nas poucas “escolas” do Império (“aulas régias”) — tornaram-se fundamentos da escola obrigatória, leiga e gratuita e objeto de ensino e aprendizagem escolarizados. Caracterizando-se como tecnicamente ensináveis, as práticas de leitura e escrita passaram, assim, a ser submetidas a ensino organizado, sistemático e intencional, demandando, para isso, a preparação de profissionais especializados. (MORTATTI, 2006, p. 3).

A autora salienta, ainda que desde a implantação do modelo republicano de escola em nosso país o “fracasso escolar na alfabetização” tem sido colocado como um problema estratégico que necessita de soluções urgentes e essa questão tem despertado e mobilizado



vários profissionais da área de educação, bem como intelectuais de diferentes áreas de conhecimento, cujo objetivo visa contribuir para amenizar essa situação.

Ao longo da história observamos a incessante luta por uma mudança no que se refere à metodologia da alfabetização. Muitos buscaram novas formas para desenvolver a leitura e a escrita tentando deixar para trás o que consideravam o principal fator responsável por esse fracasso, o método tradicional. Essa luta durante décadas se concentrou na questão dos métodos de ensino da leitura e da escrita. Nesse momento, conforme apresentado por Mortatti (2006), houve uma grande disputa entre os que defendiam um novo modelo revolucionário de métodos de alfabetização e os que preferiam continuar a usar os métodos considerados arcaicos. A partir das duas últimas décadas, a questão dos métodos ficou centralizada no tradicionalismo, e os antigos problemas da alfabetização passaram a ser pensados no âmbito das políticas públicas, principalmente no que se refere à compreensão do processo de aprendizagem do alfabetizado, levando em consideração a psicogênese da língua escrita. Diante dessa realidade, Mortatti (2006, p. 4) questiona:

[...] mas, o que é esse “tradicional”? Quando e porque se engendra um tipo de ensino de leitura e escrita que hoje é acusado de “tradicional”? O que representava para a(s) época(s) em que ocorre seu engendramento? Qual sua relação com a tradição que lhe é anterior? Quanto desse “tradicional” subsiste nas práticas alfabetizadoras, mesmo nas dos professores que querem superá-las? Como se pode explicar sua insistente permanência? Como dialogam entre si a tradição e os repetidos esforços de mudança em alfabetização?

Até o final do Império brasileiro, conforme apresentado pela autora, o ensino ainda não era institucionalizado, ou seja, não haviam escolas apropriadas para as crianças. Essas aulas que as crianças assistiam eram dadas em prédios não apropriados onde as salas de aula eram adaptadas. Ainda não havia distribuição por séries, por isso todas as crianças ficavam juntas independentemente da idade. Essas aulas eram chamadas de “aulas régias”. Devido à falta de estrutura, as aulas dependiam mais da boa vontade dos professores e dos alunos, e o material didático disponível para o estudo da leitura também era precário, mesmo já havendo algum material impresso sob forma de livro para esse fim. O material que era utilizado pelos professores e alunos até a segunda metade do



século XIX consistia nas chamadas cartas de “ABC” e leitura e cópia de documentos manuscritos.

As cartilhas usadas nas escolas de Portugal no final do século XV eram pequenos livros contendo o abecedário, o silabário e rudimentos do catecismo. A Cartilha de aprender era a cartilha mais antiga usada pelos professores para ensinar as crianças o nosso idioma. Nesse contexto, Mortatti (2006) destaca que a cartilha portuguesa marca o início da literatura didática em nosso idioma.

O autor destaca ainda que as primeiras cartas ou cartilhas de alfabetização foram produzidas em Portugal chegando ao Brasil no final do século XVI, pois até 1808, quando ainda éramos colônia de Portugal era proibido publicar cartilhas no Brasil. Os professores, além de utilizarem cartilhas portuguesas, confeccionavam materiais próprios para alfabetizar. Neste período os métodos utilizados pelos professores para o ensino da leitura e escrita, conforme apresentado por Barbosa (1994), eram os sintéticos que partiam da parte para o todo; o método da soletração que consistia partir do nome das letras; o fônico que consistia partir do som correspondente às letras e, por fim, a silabação que partia das sílabas para então formar as palavras.

Dessa maneira, o ensino da leitura era iniciado pelo professor com a apresentação das letras, de seus sons ou de suas famílias silábicas. Era assim que as crianças aprendiam a ler palavras. As palavras eram formadas com as letras, sons ou sílabas que foram anteriormente ensinadas pelo professor. E, por fim, ensinava-se a formar as frases isoladas ou agrupadas. Para a aprendizagem da escrita o professor se limitava a passar cópias, ditados, uso de caligrafias e a formação de frase sem esquecer de exigir o desenho correto das letras.

O método que era desenvolvido por meio da palavração, conhecido como o “Método João de Deus”, segundo Mortatti (2006a, 2000b) era baseado nos princípios lingüísticos da época nos quais as crianças aprendiam a ler por meio da palavra para, posteriormente, compreenderem o valor fonético das letras. Por essa razão, a autora destaca que isso foi considerado por Silva Jardim como um marco para o avanço do progresso social. É nesse contexto que teve início a grande luta entre os defensores do “Método João de Deus” e aqueles que continuavam a defender e, principalmente, a



utilizar os métodos sintéticos. Essa cartilha foi a mais difundida no Brasil na década de 1880, período em que surgiram, contraditoriamente, as primeiras cartilhas nacionais. Sua cartilha ficou conhecida como o Método João de Deus.

A partir de 1890 surgiu um novo modelo de instrução pública no Estado de São Paulo que serviu como parâmetro para os demais Estados. A partir dessa primeira década republicana, Mortatti (2006) salienta que os professores formados pela Escola Normal

[...] passaram a defender programaticamente o método analítico para o ensino da leitura e disseminaram-no para outros estados brasileiros, por meio de “missões de professores” paulistas. Especialmente mediante a ocupação de cargos na administração da instrução pública paulista e a produção de instruções normativas, de cartilhas e de artigos em jornais e em revistas pedagógicas, esses professores contribuíram para a institucionalização do método analítico, tornando obrigatória sua utilização nas escolas públicas paulistas. (MORTATTI, 2006, p. 6).

Conforme salienta a autora, o método analítico consistia no ensino da leitura iniciada pelo “todo” para depois se proceder à análise de suas partes. Foi, portanto, com a organização republicana da instrução pública que se iniciou um “[...] movimento de escolarização das práticas de leitura e escrita e de identificação entre o processo de ensino inicial dessas práticas e a questão dos métodos” (MORTATTI, 2000, p. 41). Nesse contexto, a cartilha foi se consolidando, segundo a autora, como instrumento indispensável para a concretização dos métodos e conteúdos propostos para alfabetização e cuja permanência se pode observar até os dias atuais.

Para Soares (2017a), as pesquisas nos últimos tem mostrado que o processo de ensino e aprendizagem da escrita é caracterizado como um trabalho complexo e multifacetado, pois a alfabetização não deve estar relacionada apenas à codificação do sistema convencional da escrita, mas ao fazer pedagógico que envolve elementos e fatores que vão além do lápis e papel dando dinamicidade ao fazer como a relação professor e aluno, bem como o contexto social no qual a criança está inserida. Nesse sentido, a alfabetização e letramento, embora tenham as suas especificidades, são interdependentes. Soares (2017a, p. 63) aponta que a “[...] alfabetização não é apenas aprender a ler e escrever, alfabetizar é muito mais que apenas ensinar a codificar e decodificar”, sendo necessário pensar na perspectiva do letramento que consiste no:



[...] desenvolvimento de comportamentos e habilidades de uso competente da leitura e da escrita em práticas sociais: distinguem-se tanto em relação aos objetos de conhecimento quanto em relação aos processos cognitivos e linguísticos de aprendizagem e, portanto, também de ensino desses diferentes objetos (SOARES, 2017b, p. 64).

Para a autora,

[...] a aprendizagem inicial da língua escrita, embora entendida e tratada como fenômeno multifacetado, deve ser desenvolvida em sua inteireza, como um todo, porque essa é a natureza real dos atos de ler e escrever, em que a complexa interação entre as práticas sociais da língua escrita e aquele que lê ou escreve pressupõe o exercício simultâneo de muitas e diferenciadas competências. É o que se tem denominado alfabetizar letrando (SOARES, 2017a, p. 35 - grifo do autor).

Assim, entendemos que é necessário alfabetizar letramento, a fim de não se fragmentar o processo, pois, conforme Silva (2016):

[...] fazer com que o educando seja alfabetizado e letrado resulta da contextualização que o indivíduo faz dos usos da escrita em suas diversas situações do dia a dia. Por isso, a prática pedagógica na perspectiva do letramento deve demonstrar a relevância do trabalho com diferentes gêneros textuais, baseando-se em diversificados suportes de leitura, com o objetivo de fazer com que educando perceba as inúmeras maneiras de utilizar a escrita para vários objetivos, partindo de situações de letramento que estão no seu próprio cotidiano (SILVA, 2016, p. 334).

Na perspectiva de Freire (1991), faz-se necessário, portanto o entendimento de que aprender a ler e escrever é interpretar o mundo, ter a capacidade de compreender os diferentes tipos de escrita que são recorrentes deste meio.

Metodologia

Com uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, realizamos uma pesquisa de revisão bibliográfica, que consiste, conforme Lima e Miotto (2007, p. 37) num “[...] procedimento metodológico que se oferece ao pesquisador como uma possibilidade na busca de soluções para seu problema de pesquisa”. As autoras orientam que:

[...] para a realização de uma pesquisa bibliográfica é imprescindível seguir por caminhos não aleatórios, uma vez que esse tipo de pesquisa requer alto grau de vigilância epistemológica, de observação e de



cuidado na escolha e no encaminhamento dos procedimentos metodológicos. Estes, por sua vez, necessitam de critérios claros e bem definidos que são constantemente avaliados e redefinidos à medida que se constrói a busca por soluções ao objeto de estudo proposto (LIMA; MIOTO, p. 44).

Dessa maneira, seguindo as orientações de Lima e Mioto (2007), fizemos as seguintes escolhas para a realização do levantamento: definição do descritor; escolha do banco de dados para consulta; estabelecimento de critérios para seleção, sistematização, organização e análise dos dados.

Como fonte de consulta utilizamos o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e para a escolha do descritor selecionamos o termo "práticas de alfabetização e letramento". Destacamos que optamos em não fazer o recorte de tempo, a fim de localizarmos as primeiras pesquisas. Os dados foram organizados sob forma de quadros, cuja discussão dos resultados constam a seguir.

Discussões e resultados

Para o processo de análise das teses e dissertações sobre as Práticas da Alfabetização e Letramento foram lidos todos os resumos que emergiram da busca com os descritores acima mencionados e, a partir destes resumos, partimos para uma primeira organização dando destaque a algumas questões tais como: o ano da produção do trabalho científico; se trata de dissertação ou tese; o estado brasileiro do programa de pós-graduação onde a produção foi desenvolvida.

Com relação ao ano de publicação, dessas 25 pesquisas, uma foi apresentada no ano de 2006, duas em 2008, duas em 2009, uma em 2010, quatro em 2011, três em 2012, uma em 2013, duas em 2014, duas em 2015. Em 2016 não foi encontrada nenhuma pesquisa e no ano de 2017 há pesquisa. Quanto ao tipo percebemos que 19 destas pesquisas são provenientes de mestrado acadêmico e profissional e somente duas são teses de doutorado, conforme podemos nos dados sistematizados na Tabela 1 a seguir.

Tabela 1 – Distribuição das pesquisas por ano e tipo de produção (2006-2017)

Ano	Mestrado Acadêmico	Mestrado Profissional	Doutorado	Total
2006	1	-	-	1
2008	2	-	-	2
2009	2	-	-	2



2010	1	-	1	2
2011	4	-	-	4
2012	3	-	-	3
2013	1	-	-	1
2014	2	1	1	4
2015	2	1	-	3
2016	-	1	-	1
2017	1	1	-	2
Total	19	4	2	25

Fonte: Elaborado pelas autoras.

E de acordo com a distribuição de Dissertações e Teses com o descritor “práticas de alfabetização e letramento” por programas de Pós-graduação, podemos verificar na Tabela 2, a seguir, das 25 teses encontradas, 13 estão na área da educação, apenas duas na área de ciências das linguagens, uma em educação agrícola, uma na formação de professores, três na área de letras, apenas duas na área de Práticas da Educação Básica, e por fim duas na área de Processos socioeducativos e práticas escolares. Podendo ser observado na Tabela 2.

Tabela 2 - Distribuição das pesquisas por programas de Pós-graduação (2006-2017)

Programa	Mestrado Acadêmico	Mestrado Profissional	Doutorado	Total
Ciências da Linguagem	1	-	1	2
Educação	12	-	1	13
Educação Agrícola	1	-	-	1
Formação de Professores	-	1	-	1
Letras	1	1	-	3
Letras – Linguagem e identidade	1	-	-	1
Práticas da Educação Básica	-	2	-	2
Psicologia educacional	1	-	-	1
Processos socioeducativos e práticas escolares	2	-	-	2
	19	4	2	25

Fonte: Elaborado pelas autoras.

No Quadro 1 apresentamos as pesquisas distribuídas de acordo com a região do programa no qual foram defendidas. Podemos observar um maior número de teses e dissertações na região Sudeste do país a qual detém um maior grupo de instituições com programas de pós graduação que fomentam os estudos acerca desta temática.

Quadro 1 – Distribuição das pesquisas por região (2006-2017)

Região	Quantidade
Sul	2
Sudeste	12
Centro-Oeste	3



Nordeste	3
Norte	5
Total	25

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Continuando assim o processo de análise das pesquisas encontradas, foram verificados os objetivos e metodologia de cada pesquisa, a fim de verificarmos onde a pesquisa foi realizada, ou seja o lócus. Conforme podemos verificar no Quadro 2, das 25 pesquisas encontradas, 13 delas abrangeram os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, quatro centraram-se na Educação Infantil, três na Educação no campo, quatro na Educação de Jovens e Adultos (EJA), tendo uma focalizado situações de alfabetização e letramento em meios populares.

Quadro 2- Organização das pesquisas por lócus (2006-2017)

Temática central	Quantidade
Educação Infantil	4
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	13
Educação no Campo	3
Educação de Jovens e Adultos (EJA)	4
Meios Populares	1
Total	25

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Após essa sistematização voltamos o nosso olhar para as 13 pesquisas que tiveram como foco os Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Dessa maneira, ao realizarmos a leitura buscamos identificar a temática central, ou seja, o objetivo de cada uma delas com relação as práticas de alfabetização na perspectiva do letramento dentro deste nível de ensino. Conforme apresentado no Quadro 3, agrupamos as pesquisas em cinco grupos temáticos, tendo três pesquisas voltadas para a formação continuada de professores, três para as tecnologias, duas centram as análises acerca das práticas de alfabetização e letramento para alunos estrangeiros em contextos de migração, três focalizaram em turmas de 6 anos após a ampliação do Ensino Fundamental pra nove anos e, por fim, duas que abordaram a literatura infantil.



Quadro 3 – Organização das pesquisas no contexto dos Anos Iniciais por temáticas (2006-2017)

Temática central	Quantidade
Formação Continuada de Professores	3
Tecnologias Digitais	3
Alunos estrangeiros em contextos de migração	2
Turma de 6 anos na ampliação do Ensino Fundamental para nove anos	3
Literatura Infantil	2
Total	13

Fonte: Elaborado pelas autoras.

A análise dessas pesquisas foi importante para percebermos que a temática práticas de alfabetização na perspectiva do letramento nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental tem trazido contribuições desde a formação continuada de professores até as questões das tecnologias, e diversidades presentes em sala de aula.

Com relação às pesquisas voltadas para as turmas em contextos da ampliação do Ensino Fundamental de nove anos percebemos a importância de um trabalho docente, no qual professores e alunos participem sistematicamente das atividades de aprendizagem do sistema de escrita alfabética, produção de textos e de leitura. Verificamos que é possível alfabetizar e letrar, a partir de um trabalho gradativo que envolvam os alunos, professores, bem como a necessidade de uma gestão escolar participativa, pois a alfabetização precisa ser um compromisso da escola como um todo.

Considerações Finais

Com a realização desta estudo foi possível constatar que as pesquisas localizadas no período entre 2006 a 2017 apresentam aspectos importantes quanto a formação continuada de professores, ao uso das tecnologias, bem como a diversidade presente em sala de aula que também precisa ser considerada.

Também nos fez perceber, de um lado, a relevância das pesquisas desenvolvidas neste âmbito por todas as regiões do país, e de outro, a necessidade de mais pesquisas que retratem a prática docente na perspectiva do alfabetizar letrando.

Por fim ressaltamos que práticas pedagógicas de alfabetização na perspectiva do letramento precisam considerar a criança como sujeito do processo de ensino e aprendizagem, de modo que as situações de seu cotidiano estejam presentes dentro da escola, da sala de aula, a fim de que a leitura e escrita tenham sentido na vida delas.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS DE TRÊS LAGOAS
CURSO DE PEDAGOGIA

XX SEMANA DE EDUCAÇÃO

“Resistir e Humanizar: por uma pedagogia emancipadora”

04 a 06 de novembro de 2021



Referências

- BARBOSA, J. J. **Alfabetização e leitura**. São Paulo: Cortez, 1994.
- FERREIRO, E. **Reflexões sobre alfabetização**. 26 ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- FREIRE, P. **A educação na Cidade**. São Paulo: Cortez, 1991.
- LIMA, T. C. S.; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katalysis**. Florianópolis, v. 10, n. esp., p. 37-45, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v10nspe/a0410spe.pdf>. Acesso em 13 set. 2021.
- MORTATTI, M. R. L. **Os sentidos da alfabetização**: São Paulo 1876/1994. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- MORTATTI, Maria Rosário Longo. História dos Métodos de alfabetização no Brasil. In: SEMINÁRIO ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO EM DEBATE, 01, 2006. Brasília: SEB/MEC, p. 01-16, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/alf_mortattihisttextalfbbr.pdf. Acesso em 13 set. 2021.
- SILVA, E. S. Práticas Pedagógicas na Perspectiva da Alfabetização e Letramento. **Cadernos de Pesquisa**: Pensamento Educacional, Curitiba, número Especial, p. 329-356, 2016. Disponível em: http://www.utp.br/cadernos_de_pesquisas/. Acesso em 13 set. 2021.
- SOARES, M.B. **Alfabetização**: a questão dos métodos. São Paulo: Contexto, 2017a.
- SOARES, M.B. **Alfabetização e letramento**. São Paulo: Contexto, 2017b.